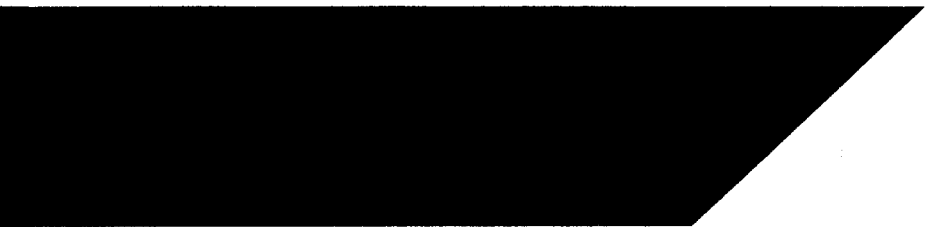


GRAZIELA ARGENTA ZANETI



JURISDIÇÃO ADEQUADA PARA OS PROCESSOS COLETIVOS TRANSNACIONAIS



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira e Bárbara Baraldi Sabino

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thaís Pereira

Estagiárias: Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação de capa: WK Editoração Gráfica Ltda

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Zaneti, Graziela Argenta
Jurisdição adequada para os processos coletivos transnacionais / Graziela Argenta Zaneti. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia
ISBN 978-65-5065-172-5

1. Direito internacional 2. Direito internacional privado 3. Direito processual civil 4. Flexibilização procedimental 5. Processo coletivo internacional 6. Transnacionalização I. Título.

20-32624

CDU-341.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito internacional privado e processo civil 341.9

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13
RELAÇÃO DE CASOS REFERIDOS NA OBRA	15
INTRODUÇÃO	19

PARTE I

A JURISDIÇÃO INTERNACIONAL NO COMMON LAW (TÉCNICA CONCRETA)

1. A JURISDIÇÃO INTERNACIONAL NO MODELO TRADICIONAL INGLÊS E NO MODELO NORTE-AMERICANO	27
1.1. Modelo Tradicional Inglês	40
1.1.1. Definição da jurisdição	40
1.1.2. Justiça substancial na definição da jurisdição (Teste Spiliada) como requisito para jurisdição adequada	45
1.2. Modelo Norte-Americano	51
1.2.1. Definição da jurisdição	51
1.2.2. Justiça substancial v. preponderância de interesses externos à lide (<i>public interests</i>) na definição da jurisdição	55
2. PROCESSOS COLETIVOS TRANSNACIONAIS: <i>CLASS ACTIONS</i> E TUTELAS COLETIVAS <i>OPT IN</i>	65
2.1. A Formação do Grupo nos Processos Coletivos Transnacionais	70
2.1.1. Técnica coletiva <i>opt out</i>	70
2.1.2. Técnica coletiva <i>opt in</i>	74
2.1.3. Técnica coletiva híbrida	75
2.2. Objetivos das <i>Class Actions</i> Transnacionais	76
2.2.1. O acesso à justiça e a lacuna de acesso transnacional	76
2.2.2. A modificação comportamental e a inclusão de membros estrangeiros absentes	80

2.2.3. A economia processual	82
2.3. A Jurisdição Internacional nas <i>Class Actions</i> Transnacionais	83
2.3.1. A inclusão de membros estrangeiros absentes nas <i>class actions</i> transnacionais.....	84
2.3.2. O impacto das <i>class actions</i> transnacionais em outros ordenamentos jurídicos.....	89
2.3.3. A análise conglobante da jurisdição nas <i>class actions</i> transnacionais...	101
2.3.4. A jurisdição adequada para as corporações transnacionais e seu alcance extraterritorial.....	102

PARTE II

A JURISDIÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL: MODELO HÍBRIDO

3. DEFINIÇÃO DA JURISDIÇÃO (COMPETÊNCIA INTERNACIONAL): TÉCNICA DE TIPICIDADE FLEXÍVEL.....	113
3.1. Níveis de Regulação da Jurisdição Adequada.....	121
3.1.1. Primeiro nível: Direito Internacional Público e a Constituição Federal (o processo justo desde a definição da jurisdição).....	121
3.1.1.1. Princípios normativos do processo justo relevantes à jurisdição adequada.....	127
3.1.2. Segundo nível: as regras estabelecidas pelo Código de Processo Civil...	140
3.1.3. Terceiro nível: a discricionariedade fundamentada – a justiça substancial no caso concreto	148
3.1.3.1. <i>Forum non conveniens</i>	149
3.1.3.2. <i>Forum necessitatis</i>	159
4. PROCESSOS COLETIVOS: AÇÕES COLETIVAS (<i>OPT OUT</i>) E CASOS REPETITIVOS (<i>OPT IN</i>).....	161
4.1. O Conceito de Processo Coletivo no Ordenamento Jurídico Brasileiro: Processo Coletivo das Ações Coletivas (<i>Opt Out</i>) e Processo Coletivo dos Casos Repetitivos (<i>Opt In</i>).....	163
4.1.1. Cinco elementos caracterizadores das ações coletivas (<i>opt out</i>) brasileiras.....	166
4.2. As Ações Coletivas Brasileiras e sua Inspiração no <i>Common Law</i> : a Prevalência das Similitudes em Relação às Diferenças	175
4.3. As Ações Coletivas Transnacionais no Brasil – O Caso Odebrecht em Angola...	182
CONCLUSÕES.....	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	197